



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de banquetas altas para a copa do ático do prédio Sede do TRE-SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A presente solicitação da Administração tem por finalidade a renovação da copa do 11º andar do Ed. Sede do TRE-SC, visando a otimização do uso dos espaços disponíveis.

2.2. Objetivos e Benefícios

Esta aquisição tem como objetivo suprir as necessidades do TRE-SC para renovar a copa do ático do Ed. Sede do TRE-SC. O novo mobiliário deve deixar a copa do Edifício Sede mais funcional e ergonômica.

2.3. Alinhamento Estratégico

Esta aquisição vai ao encontro das necessidades do negócio e está de acordo com o Planejamento Estratégico Institucional e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações (SGP3).

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foram realizados Estudos Técnicos Preliminares, disponíveis no PAE n. 48.391/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Item	Descrição dos Bens	Demanda Prevista	Quantidade a ser Contratada
1	BANQUETA ALTA COM ENCOSTO E COM BRAÇOS	9	9
2	BANQUETA ALTA COM ENCOSTO E SEM BRAÇOS	9	9

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

A definição e escolha das banquetas seguiram critérios de durabilidade, economicidade, funcionalidade, manutenibilidade e estética, além de facilidade de obtenção no mercado, de modo a favorecer a competitividade.

O espaço existente no ático é utilizado para os serviços de copa e garçom para preparação de café e lanches para servidores e juízes, especialmente nos plantões da Justiça Eleitoral. Há muitas atividades exclusivas que impedem o afastamento dos servidores, sendo o mobiliário em questão útil para apoiar a realização de refeições nesses períodos.

Como serão adquiridas banquetas altas com e sem braços, é necessário que sejam do mesmo modelo, pois serão utilizadas em um único ambiente. Dessa forma, entre as opções levantadas nestes Estudos Preliminares, optou-se pelas banquetas com estrutura em madeira maciça tipo Tauari, por sua resistência e durabilidade; com bordas arredondadas no encosto, no assento e nos braços, em função da melhor ergonomia; com assento revestido em couro sintético e encosto em palha de fibra sintética. A madeira será no tom amêndoa, o revestimento em couro sintético em tom marrom/ocre e a palha de fibra sintética no tom natural.

O valor unitário das banquetas atende ao valor mediano obtido nas pesquisas de mercado realizadas nos Estudos Preliminares. Registra-se que estas banquetas são comercializada por diferentes lojas de móveis.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

As especificações completas dos objetos estão descritas a seguir.

Ident.	Item (Bem/Serviço)
1	<p>BANQUETA ALTA COM ENCOSTO E COM BRAÇOS</p> <p>Estrutura em madeira maciça tipo Tauari (referência de cor de acabamento: Mel Claro), com braços com linhas e acabamentos arredondados, que abraçam o encosto. Encosto com leve inclinação para apoiar as costas, em palha sextavada de fibra sintética, cor natural. Assento estendido para frente para acomodar confortavelmente as pernas, com espuma D-26 (no mínimo), revestido em couro sintético na cor marrom claro (referência de cor: Distress 20362). Travas horizontais entre os pés a cerca de 25cm do chão nas laterais, partes frontal e posterior. Suporte de carga de, no mínimo, 120kg. Garantia de 3 anos contra defeitos de fabricação.</p> <p>Dimensões: Altura total: 105 cm Altura assento: 73 cm Altura do braço: 91 cm Largura: 53 cm Profundidade da banqueta: 54 cm Profundidade do assento: 43 cm</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Imagens disponíveis em: <https://www.emporiodascadeiras.com.br/banqueta-zig>, em 10.11.2022.

BANQUETA ALTA COM ENCOSTO E SEM BRAÇOS

Estrutura em madeira maciça tipo Tauari (referência de cor de acabamento: Mel Claro). Encosto com leve inclinação para apoiar as costas, em palha sextavada de fibra sintética, cor natural. Assento estendido para frente para acomodar confortavelmente as pernas, com espuma D-26 (no mínimo), revestido em couro sintético na cor marrom claro (referência de cor: Distress 20362). Travas horizontais entre os pés a cerca de 25cm do chão nas laterais, partes frontal e posterior. Suporte de carga de, no mínimo, 120kg. Garantia de 3 anos contra defeitos de fabricação.

Dimensões:

Altura total: 105 cm

Altura assento: 73 cm

Largura: 53 cm

Profundidade da banqueta: 54 cm

Profundidade do assento: 43 cm

2



*Todas as dimensões informadas podem variar em até 3% para mais ou para menos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.9. Serviços adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação será por item, conforme o Quadro abaixo.

Id.	Item (Bem/Serviço)	Forma de Parcelamento
1	BANQUETA ALTA COM ENCOSTO E COM BRAÇOS (9 unidades)	Por item
2	BANQUETA ALTA COM ENCOSTO E SEM BRAÇOS (9 unidades)	Por item

2.11. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante. O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

2.11.1. Critérios de Habilitação

2.11.1.1. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado;

2.11.1.2. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Os produtos pretendidos são ofertados por diversos fornecedores e apresentam características normatizadas. Assim, pode-se concluir que são bens comuns, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica, tipo “Menor Preço”.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13. Impacto ambiental

Natureza	Adequações Necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não se aplica.
Infraestrutura Elétrica	Não se aplica.
Mobiliário	Não se aplica.
Logística de Implantação	Apenas um dos elevadores da sede e as escadas poderão ser utilizados para transporte vertical dos produtos, conforme orientação do Gestor da Contratação.
Espaço Físico	Acesso ao edifício e entrega dos materiais em horários previamente combinados com o Gestor da Contratação, preferencialmente pelo Subsolo 1 do edifício sede, salvo orientação diversa.

As embalagens dos produtos devem ser descartadas de forma ambientalmente correta, como determina a legislação aplicável

2.14. Conformidade Técnica

Sem prejuízo de outras normas, consigna-se abaixo as normativas que deverão ser atendidas, quando aplicável.

- Resolução CONAMA 267/2000 - Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.
- Decreto n. 10.936/2022 – Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- NBR 8537:2015 Espuma flexível de poliuretano — Determinação da densidade.

2.15. Obrigações da Proponente

- 2.15.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as especificações disponibilizadas pelo fabricante, em site da web, catálogo ou similar, do produto que pretende oferecer, a fim de comprovar a equivalência com os requisitos especificados no Edital, salvo quando o produto ofertado for o de referência.
- 2.15.2. A equivalência refere-se ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. Caso não seja verificada a equivalência técnica, a licitante será desclassificada.
- 2.15.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou a melhor proposta, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (se for o caso) indicados na proposta, será fixado prazo para que a empresa apresente amostra do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação.

2.16. Obrigações da Contratante

- 2.16.1. Autorizar o início dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.
- 2.16.3. Promover a fiscalização da presente aquisição através da chefia da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.16.4. Emitir pareceres no processo administrativo referente à entrega dos produtos, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.16.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.17. Obrigações da Licitante Vencedora

- 2.17.1. Entregar os objetos propostos nas condições estipuladas na proposta e neste Projeto Básico, observando o seguinte:
 - 2.17.1.1. As banquetas deverão ser entregues MONTADAS;
 - 2.17.1.2. A licitante vencedora deverá se responsabilizar pelo cálculo da carga aplicada e pela adequação dos materiais especificados e utilizados, garantindo assim a completa execução, montagem, funcionalidade, durabilidade e segurança dos produtos
- 2.17.2. Entregar as banquetas em, no máximo, **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho pela licitante vencedora.
 - 2.17.2.1. A entrega deverá ocorrer no período matutino, obrigatoriamente.
 - 2.17.2.2. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC, por meio do telefone (48) 3251-7464, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico: cis-sea@tre-sc.jus.br;
- 2.17.3. Entregar os produtos na Rua Esteves Júnior, 68, 11º andar, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-130, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.
 - 2.17.3.1. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento, pela licitante vencedora, da notificação emitida pelo TRE-SC;
 - 2.17.3.2. Estando em mora a licitante vencedora, o prazo para substituição de que trata o subitem 2.16.3.1 não interromperá a multa por atraso prevista no item 1.11 do Plano de Fiscalização anexo ao presente Projeto Básico;
 - 2.17.3.3. Em caso de substituição de produtos, correrão à conta da licitante vencedora as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.
- 2.17.4. Prestar garantia do fabricante aos produtos pelo prazo de, no mínimo, 3 (três) anos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente.
- 2.17.5. Eventuais reparos decorrentes de assistência técnica deverão ser realizados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação formulada pelo TRE-SC.
- 2.17.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os objetos licitados, sem prévia anuência do TRE-SC.
- 2.17.7. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no subitem 2.8.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

A marca de referência, código e modelo citado abaixo prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daqueles).

A empresa licitante deverá indicar, no momento da licitação, a marca e a especificação completa das banquetas:

Id.	Referências Técnicas
1	▪ BANQUETAS ALTAS COM ENCOSTO E COM BRAÇOS. Referência: Banqueta ZIG mista com braços (encosto em palha sextavada de fibra sintética e assento em couro sintético), da Empório das Cadeiras.
2	▪ BANQUETAS ALTAS COM ENCOSTO E SEM BRAÇOS. Referência: Banqueta ZIG mista sem braços (encosto em palha sextavada de fibra sintética e assento em couro sintético), da Empório das Cadeiras.

ATENÇÃO: a(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

3.1.2. Códigos SIASG

Código SIASG 302444

3.1.3. Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo dos objetos contratados.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 10 de novembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da licitante vencedora

1.1.1 SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Esclarecer dúvidas da licitante vencedora quanto às especificações das banquetas.

Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos. Esses servidores terão autoridade para:

- Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação.
- Se constatada qualquer irregularidade, a licitante vencedora deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias, arcando com todas as despesas.

1.1.2 LICITANTE VENCEDORA

Quando necessário, esclarecer dúvidas sobre as banquetas com a Seção de Engenharia e Arquitetura pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

a) Os produtos deverão ser entregues em, no máximo, **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho pela empresa vencedora.

b) A entrega deverá ser previamente agendada com a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC, por meio do telefone (48) 3251 7464, no horário das 13h às 18h, ou por *e-mail* para o endereço eletrônico cis-sea@tre-sc.jus.br;

c) Entregar os produtos na Rua Esteves Júnior, 68, 11º andar, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-130, obrigatoriamente no turno matutino, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida Nota de Empenho com prazo de entrega de até 30 dias para a licitante vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

Prestar **garantia** do fabricante aos produtos pelo prazo de, no mínimo, 3 (três) anos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente.

Eventuais reparos decorrentes de assistência técnica deverão ser realizados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da solicitação formulada pelo TRE-SC.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor da contratação será a Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC, ou seu substituto.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9 Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10 Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

- 1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;
- 1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- 1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- 1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “c” do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4 exaure-se a esfera administrativa.